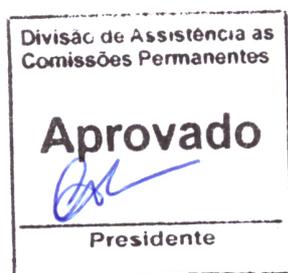




**ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Epitácio Pessoa**



ATA



ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM A FINALIDADE DE DEBATER OS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E O CRESCIMENTO EXPONENCIAL DE FEMINICÍDIOS NO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2019.

Às dez horas e cinco minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezenove, no Plenário "José Mariz", da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a Presidência da deputada Camila Toscano, realizou-se audiência pública para debater os casos de violência contra a mulher e o crescimento exponencial de feminicídios no estado da Paraíba. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano", a senhora Presidente declarou aberta a audiência pública, convidando a compor a mesa a deputada Cida Ramos; a deputada Pollyanna Dutra, de quem solicitou os trabalhos de secretária; a deputada Estela Bezerra; a senhora Rita de Cássia Andrade, juíza da vara de violência doméstica da cidade de João Pessoa; a senhora Gilberta Santos Soares, secretária de estado da mulher e da diversidade humana; o senhor Lamark Victor Donato, secretário em exercício da secretaria de estado de segurança e da defesa social; a senhora Roseane Araújo, promotora da mulher, a senhora Helena Holanda, vereadora de João Pessoa e o senhor Isaías José Dantas Gualberto, delegado geral da polícia civil da Paraíba. Após a composição da mesa, a Presidente convidou os presentes para assistirem à apresentação das músicas "nossa senhora da paz" e "cuide-se bem", realizada pelo coral da Assembleia Legislativa da Paraíba. Em seguida, a senhora presidente agradeceu ao coral e passou a palavra à secretária, a deputada Pollyanna Dutra, para a leitura do Expediente em Mesa. Logo após,

registrou-se a presença dos deputados Edmilson Soares e Branco Mendes; a senhora Sandra Marrocos, vereadora de João Pessoa; a senhora Maísa Felix Ribeiro de Araújo, coordenadora das delegacias de atendimento à mulher; o senhor Hugo Hélder, titular da delegacia de homicídios; a senhora Mônica Lemos, representante da comissão da mulher advogada; a senhora Roberta Neiva, superintendente regional de polícia civil; a senhora Adailma Fernandes, prefeita da cidade de Serra da Raiz; a senhora Renata Christinne, prefeita da cidade de Belém/PB; a senhora Ana Maria, prefeita de São José do Brejo do Cruz/PB; a senhora Renata Matias, delegada adjunta da delegacia da mulher; a senhora Liliane Targino, ouvidora-geral da Assembleia Legislativa da Paraíba; o senhor José Eraldo Barbosa, conhecido como Lico, vereador da cidade de Bayeux e a senhora Fracineide Barbosa de Souza, conhecida como França, vereadora de Bayeux. Após tais registros, a presidente esclareceu como ocorreria o procedimento da audiência pública e passou a presidência à deputada Cida Ramos, que concedeu a palavra à deputada Camila Toscano, autora da propositura. Na ocasião, ela disse que era uma honra receber todos os presentes, e, procedendo à leitura de justificativa da referida audiência, destacou a necessidade da formulação de políticas públicas no combate à violência contra mulher e frisou a relevância de se contribuir com a solução da problemática desse tipo violência. Ela ainda apontou dados e informações históricas acerca da violência contra a mulher, afirmando ser um problema social de grandes proporções e mencionou que os índices dessa violência estavam cada vez mais elevados. Para ela, também a sociedade civil era uma das responsáveis pela rede de enfrentamento à violência, além das famílias e dos vizinhos. Disse ainda que a presente reunião tinha por objetivo pensar políticas públicas de prevenção à violência contra mulher e asseverou que era preciso exterminar todo e qualquer tipo de violência contra a mulher. Reassumiu a presidência a deputada Camila Toscano, que concedeu a palavra à deputada Estela Bezerra, que, na ocasião, fez agradecimentos à deputada Camila Toscano, parabenizou o exercício dela à frente da comissão de direito da mulher, afirmou que a luta contra a violência contra mulher deu-se graças, em parte, ao movimento feminista e que apenas no ano de 2015 o feminicídio foi tipificado como crime. Ela disse ainda que era necessário o fortalecimento no pensamento e nas ações conjuntas para combater a violência contra mulher, citou a relevância da lei Maria da Penha e a luta pela instalação de uma delegacia da mulher no Estado da Paraíba. Lembrou também que foi nos governos do presidente Lula e Dilma que o crime de feminicídio e a lei Maria da Penha foram sancionados. Depois ela ressaltou a relevância da

implantação da assistência jurídica, social e psicológica e o atendimento às vítimas de violência no Estado da Paraíba e que se fazia necessário o fortalecimento do fórum especializado na política de combate à violência contra a mulher. Em seguida, ela parabenizou os trabalhos da delegacia da mulher e das secretarias estaduais. Disse ainda que o feminicídio era um dos temas mais difíceis de serem debatidos, que o combate à violência contra a mulher deveria ocorrer também nas áreas como a cultura e nas músicas populares. Concluiu afirmando que era importante a denúncia da mulher, agradecendo a fala e dizendo que era preciso coragem, resistência e unidade entre as mulheres. A Presidenta concedeu a palavra à deputada Cida Ramos, que cumprimentou todos os presentes, parabenizou a deputada Camila Toscano pela propositura, e informou que a Casa instalou ontem a CPI do Feminicídio, da qual será a Presidenta. Disse que tem acompanhado com muita tristeza os casos de feminicídio na Paraíba, e afirmou que é um fato de muita repercussão social. Defendeu que feminicídio não é algo privado do casal, e sim da sociedade, e criticou o porte arma, afirmando que é a própria sociedade que vai sofrer. Falou que o armamento da sociedade vai aumentar o número de mortes de mulheres, que a defesa da mulher é dever de toda a sociedade, e que a Casa vai responder com a investigação da CPI. Defendeu que o Estado avançou muito com Governo de Ricardo Coutinho, que precisa avançar ainda mais, e que as mulheres deputadas estão empenhadas em erradicar o feminicídio. Agradeceu e encerrou. A Presidenta concedeu a palavra à deputada Pollyanna Dutra, que cumprimentou todos, disse que a taxa de feminicídio no Brasil é a quinta maior do mundo, sendo 48 vezes maior que o Reino Unido, e a cada dois segundos uma mulher sofre violência no Brasil e todos os dias pelo menos três mulheres são mortas vítimas de feminicídio. Informou que de acordo com o balanço do ligue 180, em 2015 as mulheres negras são quase 60% das mulheres vítimas de violência doméstica. Afirmou que na Paraíba, entre os dias 14 e 20 de abril, foram registrados quatro casos de assassinato de mulheres. Disse que o feminicídio é uma palavra nova para uma prática antiga, uma vez que as mulheres morrem de formas trágicas todos os dias no Brasil, e que de acordo com a pesquisa “Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha” (Ipea, 2015), a lei de combate a violência doméstica fez diminuir cerca de 10% da taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das suas residências, e que a Lei Maria da Penha foi responsável por evitar milhares de casos de violência doméstica no país. Por fim, afirmou que o feminicida não age por excesso de paixão ou descontrole emocional, ao contrário, o feminicida age por excesso de

controle, sendo um controle de vida ou de morte sobre a mulher, e que a única justificativa para o feminicídio é o machismo, a incapacidade de aceitar que a mulher pode ser livre, feliz e plena. Dona de sua vida e das suas escolhas. Agradeceu e encerrou. A Presidenta concedeu a palavra a senhora Rita de Cássia, que cumprimentou todos os presentes, parabenizou a deputada Camila Toscano pela realização do debate, que a matança de mulheres atravessa os séculos, e que em 2015 a pena do crime contra a mulher passou ser agravado. Afirmou que o caminho foi longo, que vem acompanhando o desenvolvimento das ações em relação ao tema, e defendeu a necessidade políticas públicas de prevenção, sobretudo de educação. Disse que não adianta apenas punir o agressor, e o ciclo de agressões continua na sociedade. Destacou que é necessário punir, prevenir e erradicar. Falou que precisa aumentar o orçamento para políticas publicas, e defendeu que não se faz prevenção sem orçamento. Informou que tem uma campanha do CNJ chamado de justiça pela paz em casa, que não pode ficar apenas no combate, que os pais devem educar seus filhos para tratar as meninas com respeito e educação, e que são diversas circunstancias que levam ao machismo. Agradeceu e encerrou. A Presidenta concedeu a palavra ao deputado Chió, que cumprimentou todos os presentes, disse que debate é muito importante para a sociedade, parabenizou a deputada Camila Toscano pela propositura, e afirmou que um dos momentos mais tristes da história da Paraíba é o caso da trabalhadora rural Margarida. Disse que a sociedade canavieira é muito machista, e nos anos 80 qualquer homem que afrontasse a elite paraibana canavieira, corria risco de morte, e sendo uma mulher era entendido como uma afronta ainda maior. Destacou que a trabalhadora foi assassinada de forma brutal, sendo um feminicídio. Informou que está propondo um projeto de lei que institui o dia do nascimento de Margarida, como o dia contra o feminicídio. Defendeu que os homens sejam chamados para o debate, e que só terá uma sociedade melhor quando homens e mulheres ocuparem os mesmos números de vagas em todos os cargos. Agradeceu e encerrou. A próxima oradora, senhora Roseane Maria do Araújo, cumprimentou a deputada Cida Ramos e os membros da Mesa. Apontou que a desigualdade é uma das principais causas de desestruturação da sociedade e ressaltou a importância de políticas públicas para atuação preventiva ao feminicídio. Criticou o discurso de quem defende o porte de armas como forma de evitar homicídios. Comentou que atuou como promotora no júri do caso de Margarida Maria Alves e outros casos de feminicídio. Disse que a estrutura de sociedade contribui para a perpetuação da violência e defendeu tratamento igual

para os iguais e desigual para os desiguais. Citou a atuação das mulheres em defesa de seus direitos, como a manifestação das mulheres realizada na Polônia, no ano de 2011, contra a criminalização da amamentação em público. Ressaltou que a Paraíba é referência nacional quanto à rede de proteção às mulheres. Considerou que o estado democrático de direito deve ter visão holística em combate à violência e que não há soluções simples, portanto, a repressão não é a única alternativa. Com a palavra, a Presidente deputada Camila Toscano salientou a importância da divulgação de informações para união de forças e para informar que as mulheres têm poderes e alternativas. Em seguida, ocupou a Tribuna o senhor Lamarck Victor Donato, representando Jean Francisco Bezerra Nunes, secretário de Segurança do Governo do Estado. O orador saudou os presentes, declarou sua satisfação em participar desta reunião e justificou a ausência do secretário. Comentou que o problema é grave e sério, com origem no seio dos lares. Comentou que há dados concretos na Paraíba que apresentam a redução dos crimes contra a mulher, mas salientou que sociedade ideal está distante de todos. Comentou que o estado tem política pública de sucesso, implementada desde o governo de Ricardo Coutinho. Comentou sobre trabalho científico e metodológico desenvolvido pelo major Vinicius Cesar para registrar informações sobre os crimes cometidos no estado. Cedeu o restante de seu tempo para o major Vinicius expor os dados referentes aos estados. Na Tribuna, o major Vinicius César saudou os presentes e expôs relatório de CVLI - Crimes Violentos Letais Intencionais. Apresentou mapa da violência do ano de 2010, época em que a Paraíba ocupou a quarta posição nacional em número de homicídio de mulheres. Comentou que, na última década, houve crescimento de homicídios contra mulheres no país. Em relação às demais entidades federativas, a Paraíba teve taxa de 3,7%, em 2017, passando ao nono estado do país em número de homicídios. Constatou a redução de 29% (vinte e nove por cento) do número de homicídios de mulheres do ano de 2010 ao ano de 2018, após a instalação do programa no Estado. Comentou haver dois padrões no perfil de distribuição das mortes, sendo 44% (quarenta e quatro por cento) eram jovens de 15 a 29, e 44% (quarenta e quatro por cento) eram adultas de 30 a 59 anos. Quanto à distribuição geográfica, as maiores cidades concentram os maiores índices, mas visualizou interiorização dos homicídios. Ressaltou que só se sabe a motivação quando o autor é identificado, portanto, a elucidação dos homicídios é relevante e vem crescendo, graças ao esforço da Polícia Civil do Estado. Comentou que o índice de elucidações, no ano de 2014, foi de 49% (quarenta e nove por cento) e, no ano de 2018, foi de 74% (setenta e quatro por

cento). Apontou crescimento em número absoluto de feminicídio e apresentou comparativo do quadrimestre do ano de 2018 e de 2019, onde houve redução de 41% feminicídios e 44% em relação aos CVLI contra mulheres. Registrou que, no ano de 2018, dos 74% dos casos elucidados, 73% já estão presos. Afirmou que o objetivo do Programa Paraíba pela Paz é de construir cultura de paz e disse que a causa do problema é maior em relação à violência doméstica. Disse que o feminicídio é a “ponta do iceberg” em relação à violência doméstica contra as mulheres. Afirmou que, numericamente, a cada seis mulheres assassinadas, noventa e quatro homens são assassinados, porém nenhum dos homens foi morto pelo fato de ser homem. Com a palavra, a deputada Camila Toscano comentou que entrou em contato com o secretário Jean sobre a audiência e que ele se colocou à disposição desta Casa, enviou todas as informações relevantes sobre a secretaria. Em seguida, a oradora Helena Holanda, vereadora de João Pessoa, cumprimentou os presentes e homenageou as mulheres. Disse que as políticas públicas de prevenção têm que começar imediatamente, sendo necessárias mais delegacias das mulheres. Indagou o que fazer enquanto os programas de reeducação não forem eficazes, pois as escolas atuais as professoras e diretoras sofrem violência. Comentou que, em 1970, participou de encontro sobre violência contra mulheres e hoje, em 2019, pergunta o que fazer para impedir mais homicídios. Rogou por uma nova sociedade familiar e criticou as famílias que não impõem limites e não ensinam o respeito ao próximo para seus filhos. Disse que tudo começa com o respeito e educação, defendendo a mudança de postura de todos. Asseverou a força das mulheres e defendeu a independência das mulheres. Criticou o sistema de respeito e convívio com violência em casa. Indagou o que é preciso fazer para construir nova sociedade. A presidente agradeceu a oradora e comentou sobre o trabalho desenvolvido com pessoas com necessidades especiais. Em seguida, o orador Isaias Gualberto ocupou a Tribuna, saudou a todos e parabenizou a iniciativa da audiência pública. Comentou que os casos de feminicídio começam dentro de casa com violências emocionais, patrimoniais e terminam com o homicídio. Comentou que, até pouco tempo, existia a legítima defesa da honra. Comentou que Pernambuco tem onze delegacias da mulher e Paraíba tem quatorze, mesmo com o número muito inferior de pessoas. Comentou que o modelo da Paraíba é copiado por outros estados e citou programa que fornece celulares para as mulheres sob proteção para acionar a polícia. Comentou a importância da atuação conjunta do Judiciário, Ministério Público e das prefeituras. Disse que até pouco tempo atrás havia a cultura de não intervenção

em questões familiares e as audiências públicas como esta ajudam a quebrar esse conceito nefasto do país. A Secretária, Gilberta Soares, saudando a todos, destacou que a violência contra a mulher é um problema estruturante no Brasil. Para ela, o machismo é o grande promotor da violência e da morte de mulheres. Afirmou que esse espaço era importante para discutir esse tema e para apresentar o trabalho da Secretaria da Mulher, que trabalha com a prevenção aos casos de violência, em todos os municípios paraibanos. No Estado, trabalhavam em parceria, com as secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Social, de Segurança Pública. Nesse foco, como não havia delegacias das mulheres em todos os municípios, estavam realizando treinamento com profissionais da área da segurança, no sentido de atender as mulheres vítimas de violência da forma correta dentro de uma rede articulada, revelou. Com a palavra, a delegada Maísa Félix, após as saudações de praxe, disse que na Paraíba as mulheres sofriam violência dentro de casa, mas essas contavam com o apoio de uma equipe multidisciplinar, no sentido de combater os maus tratos; que o Estado possuía quatorze delegacias especializadas para o atendimento às vítimas de violência doméstica. Afirmou que essas delegacias contavam com parcerias das polícias civil, militar e corpo de bombeiros e continha também psicólogos, assistentes sociais e defensores públicos capacitados para atender e orientar quem recorre a esses setores. De acordo com a oradora a prioridade das equipes era acolher bem as vítimas explicando que, ao chegar à delegacia a mulher era amparada por uma equipe multidisciplinar, formada por mulheres, e após do acolhimento as vítimas eram orientadas a fazer a denúncia ao mesmo tempo em que receberiam informações sobre procedimentos criminais e providências que podiam ser adotadas pela polícia. A delegada Maísa explicou ainda que, a primeira ferramenta, colocada à disposição era a medida protetiva. E, que, de acordo com a COORDEAM, somente de janeiro a junho de 2018, a Paraíba tinha registrado, por dia, uma média de onze casos de violência doméstica, às quais solicitaram medidas protetivas contra os seus agressores. E que, até a data de hoje, foram ao todo dois mil e oitenta e três pedidos de medidas protetivas feitos por delegacias em favor das mulheres. Ressaltou que Lei Maria da Penha, em seu art. 8º, IV, previa a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular, nas delegacias de Atendimento à Mulher. E que a finalidade das DEAMs, não era apenas punir os agressores, mas também amparar as vítimas. Segundo o site do Ministério da Justiça, a delegada afirmou que no ano de 2018, a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, planejava repassar treze milhões para os estados, com o propósito de investir em



delegacias especializadas; entendendo que a intenção era estruturar as delegacias de mulheres e investir na especialização de profissionais de segurança e saúde, humanizando o atendimento prestado. Nesse ínterim, solicitou que a sociedade passasse a denunciar o agressor, através do disque denúncia 197. A delegada Maísa Félix destacou ainda o trabalho da sua Coordenação frente ao combate ao “feminicídio” no Estado. Nesse ínterim, registrou a parceria com o setor privado, a exemplo das indústrias São Braz, Coteminas entre outras. Como também ressaltou o trabalho desenvolvido nas quatorze delegacias da Mulher existentes na Paraíba. Dando continuidade, registrou também as parcerias realizadas com a Secretaria de Segurança Pública e os diversos grupos de trabalho realizados conjuntamente com a Polícia Civil, o Poder Judiciário, entre outros. Na ocasião, relatou fatos determinantes dos grupos de trabalhos e as ações disponibilizadas pela sua instituição. Citou inclusive as ações desenvolvidas através do telefone pela SOS Mulher, como também o atendimento dispensado as quatrocentos e quarenta e oito mulheres vítimas do feminicídio e o acompanhamento das vítimas na Casa Abrigo, entre outras ações. Concluindo, a oradora enfatizou que o que estava faltando era à sensibilidade ao próximo. A Presidente, deputada Camila Toscano, enalteceu o trabalho desenvolvido pela delegada Maísa Félix. E concordou plenamente a oradora quando a mesma fez referências à falta de sensibilidade das pessoas. Em seguida, fez uso da palavra a representante da UFPB, professora Wilma Matias Mendonça. Inicialmente, fez questionamentos sobre a situação atual que está vivendo no país, e disse estar vivendo num país, onde o Presidente da República tem aversão à mulher. Onde as armas foram liberadas e o fim das universidades públicas pode representar o fim da educação. Após os questionamentos a oradora destacou o papel das universidades no desenvolvimento da educação como um todo e lembrou que a extinção das universidades públicas significava o fim da “desconstrução”. Concluiu, portanto solicitando o apoio de todos desta Casa para lutarem por essa causa. A deputada Camila Toscano esclareceu à oradora que, na tarde do dia anterior, esta Casa Legislativa havia promovido um debate no auditório do TCE, sobre o corte de verbas das universidades públicas, em reunião conjunta com a Comissão de Educação desta Casa. Cujas reuniões contou com os representantes da UFPB e outros segmentos da educação. Nesse ínterim, a deputada Estela Bezerra agradeceu a presença de todos e comunicou que precisava se ausentar, mas que seria informada de todos os encaminhamentos dessa reunião. Em seguida, assumiu a Tribuna a prefeita de Belém, Renata Christinne. Inicialmente, parabenizou os trabalhos desenvolvidos

pela Secretária Gilberta, pela delegada Maísa Félix, pelo Governo do Estado, entre outras autoridades presentes. Ato contínuo, relatou fatos ocorridos na cidade de Belém, na sua gestão. Alegou a oradora que, só em 2018, foram notificados através de boletins de ocorrências, onze casos de mulheres violentadas, todos foram acompanhados e assistidos pelo CREAS. Entre outros comentários, a oradora concluiu parabenizando a Presidente deputada Camila Toscano pela iniciativa desta reunião e as demais autoridades presentes. Da Tribuna, o vereador Lico, do município de Bayeux. Entre outras colocações, o orador ressaltou a importância do tema, feminicídio, ser mais bem esclarecido para a população em geral. Também solicitou mais explicações sobre a Lei Maria da Penha, bem como as diferenças entre os mesmos. Entre outras coisas, o orador destacou a importância da prevenção e cobrou das autoridades presentes mais informação às pessoas sobre esses problemas, principalmente com relação aos homens. A Presidente reiterou a necessidade de mais esclarecimento sobre esse tema. Sugeriu, no entanto que, o mesmo fosse debatido, inclusive, nas Câmaras Municipais. A Juíza Dra. Rita de Cássia concordou plenamente que essa palestra também fosse levada para as Câmaras Municipais, a exemplo da Câmara de Bayeux. Ato contínuo, teceu comentários esclarecendo a distinção entre homicídio e feminicídio. Homicídio, segundo a Juíza Dra. Rita de Cássia, poderia ser cometido por um homem ou uma mulher. Já o feminicídio diz respeito a toda agressão culminando com a morte de mulheres, por serem simplesmente mulheres, “em razão da condição de gênero”, enfatizou. Diante disso o juiz tem que ter uma percepção de tipificar o crime e buscar os elementos jurídicos para tal. Dando continuidade, usou da palavra a vereadora Fabiana Rangel do município de Cabedelo. Parabenizou inicialmente a todos desta Casa. Posteriormente, questionou sobre o que as pessoas estão fazendo individualmente para combater esse problema. Questionou o porquê de haver um público feminino pequeno à frente de cargos públicos. Declarou que muitas mulheres não falam que são agredidas por seus companheiros. Proferiu que devem ir atrás de projetos em defesa das mulheres, a fim de que o papel da mulher seja cada vez mais respeitado na sociedade. A deputada Camila Toscano parabenizou a prefeita de Belém, a Sra Renata Christinne, por estar transmitindo ao vivo tal audiência pública. Em seguida, o guarda municipal Caçapava tomou posse da palavra. O orador parabenizou a deputada Camila pela presente sessão. Relatou que, os casais precisam visitar igrejas e asilos, a fim de que os valores familiares sejam resgatados. Citou ainda os nomes de Ricardo Coutinho e Cássio Cunha Lima, pela relevância do trabalho prestado por esses parlamentares. Em

seguida, a prefeita de Duas Estradas, a Sra Joyce Renally, parabenizou o papel da justiça e da polícia na Paraíba. Proferiu que os órgãos ainda são falhos diante do número de feminicídios existentes. Relatou que muitas mulheres se submetem a tais atos devido às condições econômicas. Pronunciou que, em movimento realizado, declarou que as mulheres não devem se culpar diante de tais atitudes agressivas. Declarou que em seu município irá modificar a educação, a fim de mudar tal mentalidade. Proferiu ainda, que precisam trabalhar tais visões passivas ainda assumidas pelas mulheres. Finalizou parabenizando a todos os presentes e à deputada Camila Toscano, pela relevância do tema. Na sequência, a Presidente deputada Camila Toscano proferiu que as prefeitas podem compartilhar entre si as medidas que estão dando certo em seus municípios. Em seguida, a vice-diretora da FAMUP, a Sra Graciete Dantas, proferiu que precisam agir e tomar atitudes efetivas. Parabenizou todas as políticas públicas já realizadas por Ricardo Coutinho e agora por João Azevedo em prol da maior participação da mulher no mercado de trabalho, e pela redução dos feminicídios. Proferiu que precisam avançar ainda mais, para que haja uma inserção da mulher em todos os órgãos. Declarou que, irá copiar o modelo adotado pela prefeita Renata. Proferiu que o nível de feminicídio tem reduzido na Paraíba e, portanto, é necessário que sejam continuadas tais ações. Em seguida, a Presidente registrou que não havia visto ainda uma sessão com tanta gente até esse horário. Na sequência, a Sra. Iza Roxelas agradeceu a Assembleia Legislativa por ter aberto este plenário para a realização desta sessão. Proferiu que o feminicídio se enquadra no contexto de violência. Declarou que, tais atitudes se dão devido à imagem da mulher ser associada à fragilidade diante da sociedade. Falou que vivemos numa sociedade patriarcal, e que, isso deve ser mudado na educação. Lembrou que muitas mulheres são assassinadas por não quererem mais a relação. Afirmou que ninguém muda a cultura e os costumes instantaneamente e, portanto, o tema da violência deve ser modificado gradativamente. Proferiu que cada deputada tem influência em um município, e sugeriu que todas as cidades façam esse tipo de reunião com seus devidos representantes. Agradeceu a paciência de todos e finalizou. A deputada Camila Toscano se dispôs a ir às Câmaras Municipais para discutir sobre a mulher paraibana. Em seguida, a senhora Maria das Neves, Coordenadora do Projeto da Associação das Mulheres Empreendedoras - Proame, ponderou sobre o trabalho que desenvolve frente ao grupo de mulheres artesãs e empreendedoras, e se dispôs a discutir os assuntos ligados a mulher. Mencionou a importância do trabalho das mulheres que participam desse

projeto, falou que as vendas ocorrem nas feiras em espaços públicos. Dando prosseguimento, a Promotora Rosane Araújo convidou, todos e todas, a participar, no dia vinte e quatro de maio, de uma capacitação sobre o Formulário Nacional de Avaliação de Risco e Proteção à Vida (FRIDA). A deputada Camila Toscano encerrou afirmando que a audiência foi muito produtiva e que teve uma grande participação da sociedade. Relembrou a importância de que esse debate seja levado aos municípios para que as informações possam chegar de forma consistente a população. Registrou que o Secretário de Segurança teve o cuidado de ligar para justificar sua ausência, agradeceu a todos os envolvidos na organização e execução da audiência. Não havendo mais oradores, a Presidente declarou encerrada a audiência, às treze horas de cinquenta e sete minutos. Sala das Sessões, João Pessoa 16 de maio de 2019.



Deputada Camila Toscano
Presidente

